

RECURSO ESPECIAL Nº 1.370.649 - PR (2013/0057577-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : GRÊMIO BENEFICENTE DE OFICIAIS DO EXÉRCITO E OUTRO
ADVOGADO : PEDRO TORELLY BASTOS E OUTRO(S) - PR069271
RECORRIDO : MANOEL FONT JULIA
ADVOGADOS : EDGARD LUIZ CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S) - PR002525
ROBERTTA STELLFELD CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE BASSI E OUTRO(S) - PR031000
ANA LUISA STELLFELD CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S) - PR036360

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GRÊMIO BENEFICENTE DE OFICIAIS DO EXÉRCITO e OUTRO, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 162):

AGRAVO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DOS EMBARGOS INFRINGENTES - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS DE CABIMENTO E ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - INCABÍVEL A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS INFRINGENTES EM DECISÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, AINDA QUE TENHA DECIDIDO MATÉRIA DE MÉRITO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 530 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DECISÃO SE ENCONTRA EM ACORDO COM A MAIS RECENTE JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL - DECISÃO MANTIDA RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 530 do CPC/73. Sustenta, em síntese, o cabimento dos embargos infringentes de decisão proferida em agravo de instrumento, quando a decisão tenha sido de mérito (fl. 175). Afirma, ademais, com a interposição do agravo, "*resultou na reforma da decisão de primeiro grau*", requerendo, ao final, o afastamento de sua responsabilidade quanto ao pagamento dos juros de mora e da correção monetária após o depósito efetuado como garantia do juízo.

Apresentadas contrarrazões às fls. 204/208.

É o relatório. Passo a decidir.

Superior Tribunal de Justiça

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Consta dos autos que Manoel Font Julia, ora agravado, manejou agravo de instrumento contra decisão que determinou a exclusão dos juros de mora e da correção monetária do cálculo da execução, que incidiram após o executado ter efetuado a garantia do juízo. A Corte local, por maioria, deu provimento ao referido recurso, *"a fim de reconhecer como devida a incidência dos juros de mora e da correção monetária até a data em que se deu o levantamento da penhora, assim como para determinar a incidência dos mesmos sobre eventual valor complementar até a data de seu pagamento"* (fl. 98).

Inconformadas, GBOEX e Confiança Companhia de Seguros, ora agravantes, interpuseram embargos infringentes, ao final, não conhecidos, mantido entendimento em sede de regimental, por entender que o seu cabimento é restrito às hipóteses de apelação ou de ação rescisória. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão estadual:

Note-se que o feito principal cuida de agravo de instrumento, e não de apelação ou ação rescisória, como exige o artigo 530 do CPC, senão vejamos:

"Art. 530. Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente a ação rescisória. Se o desacordo for parcial os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência. "

[...]

Destarte, uma vez que inadequada a via recursal eleita é incabível o recurso oposto, flagrante a absoluta carência de amparo legal, bem como devido o seu não conhecimento.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente recurso de agravo, mantendo a decisão hostilizada. (fls. 146-147)

No apelo nobre em exame, sustenta a parte recorrente violação do art. 530 do CPC/73, ao argumento de ser possível arguir matéria relativa ao afastamento de sua responsabilidade do pagamento dos juros de mora e da correção monetária efetuada após o

depósito judicial efetuado como garantia do juízo.

Com efeito, o acórdão hostilizado está em consonância com o entendimento deste Sodalício, segundo o qual os embargos infringentes somente são cabíveis quando houver reforma do mérito da sentença por acórdão não unânime proferido em apelação. Nessa linha de intelecção, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO NÃO UNÂNIME. QUESTÃO ACESSÓRIA. EMBARGOS INFRINGENTES. NÃO CABIMENTO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 207/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. OCORRÊNCIA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

(...)

2. O cabimento dos embargos infringentes se restringe às hipóteses em que o acórdão não unânime tenha reformado a sentença de mérito, não havendo previsão quanto às situações em que se discute, em agravo de instrumento, questão acessória. Nesse sentido: EREsp. 1.234.323/RS, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Corte Especial, DJe 15.6.2016. Inaplicabilidade da Súmula 207/STJ.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1131917/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 09/05/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO. MULTA PROCESSUAL (ART. 475-J DO CPC/1973). DESCABIMENTO. ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE (SÚMULA N. 7/STJ). SENTENÇA ILÍQUIDA. MULTA PROCESSUAL. IMPOSIÇÃO. PRÉVIA LIQUIDAÇÃO. NECESSIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO POR MAIORIA. QUESTÃO ACESSÓRIA. EMBARGOS INFRINGENTES. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 207/STJ. NÃO INCIDÊNCIA.

DECISÃO MANTIDA.

1. Tratando-se de cumprimento provisório do julgado não incide a multa prevista no art. 475-J do CPC/1973. Precedentes do STJ.

2. Assentado no acórdão recorrido que o cumprimento do julgado reveste-se de natureza provisória, a revisão dessa premissa pressupõe o reexame de material fático-probatório dos autos, procedimento vedado na instância extraordinária conforme

orienta o enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

3. "No caso de sentença ilíquida, para a imposição da multa prevista no art. 475-J do CPC [de 1973], revela-se indispensável (i) a prévia liquidação da obrigação; e, após o acerto, (ii) a intimação do devedor na figura do seu advogado, para pagar o quantum ao final definido no prazo de 15 dias" (Recurso Especial repetitivo n.

1.147.191/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, julgado em 04/03/2015, DJe 24/04/2015).

4. Não cabem embargos infringentes contra acórdão proferido em sede de agravo de instrumento cuja discussão versa sobre matéria acessória (multa processual e acréscimos moratórios). Precedente da Corte Especial do STJ (EResp 1234323/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/05/2016, DJe 15/06/2016). Afasta-se o obstáculo da Súmula n. 207/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1294647/PR, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 23/03/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CABIMENTO DE EMBARGOS INFRINGENTES. ART. 530 DO CPC/1973. DIVERGÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO ENTRE A SENTENÇA E O VOTO VENCIDO. POSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É firme a orientação desta Corte de que são admissíveis os Embargos Infringentes quando houver voto divergente, no julgamento da Apelação que reformou sentença, não se exigindo, contudo, que os fundamentos adotados pelo voto vencido sejam idênticos aos da sentença.

2. No caso dos autos, a sentença reconheceu a prescrição do direito autoral. Em sede de Apelação, o Tribunal, por maioria, acolheu a pretensão autoral, restando vencido voto que entendia pela improcedência da ação. Assim, resta caracterizado o interesse da União na oposição de Embargos Infringentes.

3. Agravo Interno do Particular a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 685.179/PE, Rel. Ministro **NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 04/02/2019)

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília-DF, 08 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator